

RESENHA | *REVIEW*

NEVES, EDUARDO GÓES. SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO: OITO MIL ANOS DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA CENTRAL.

Marciel Mendes de Avelar Pereira^a
Fabiana Comerlato^b

^a Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – PPGap/UFRB, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. E-mail: marcielavelar@aluno.ufrb.edu.br.

^b Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – PPGap/UFRB. E-mail: fabianacomerlato@ufrb.edu.br.

RESUMO

A resenha de *Sob os tempos do equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia Central*, de Eduardo Góes Neves, destaca a relevância do livro para a arqueologia brasileira, desafiando concepções eurocêntricas de ocupação humana na Amazônia. Neves argumenta que a floresta não era um ambiente inóspito, mas sim um espaço de intensa interação humana, moldado por sociedades complexas ao longo de milênios. Sua análise abrange as primeiras ocupações indígenas até as transformações ambientais, sociais e culturais ao longo dos séculos, abordando tópicos como a formação da terra preta amazônica, a construção de paisagens culturais e a organização de aldeias amazônicas. O livro ressalta a necessidade de uma arqueologia interdisciplinar que reconheça o papel dos povos indígenas na formação da Amazônia e combata visões distorcidas de seu passado.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia, Amazônia, Povos Indígenas.

ABSTRACT

The review of *Under the times of the equinox: Eight thousand years of history in the Central Amazon* (Sob os tempos do equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia Central) by Eduardo Góes Neves, highlights the book's relevance to Brazilian archaeology, challenging Eurocentric concepts of human occupation in the Amazon. Neves argues that the forest was not an inhospitable environment, but a space of intense human interaction, shaped by complex societies over the millennia. His analysis includes the first indigenous occupations to environmental, social and cultural transformations over the centuries, covering topics such as the formation of Amazonian dark earths, the construction of cultural landscapes, and organization of Amazonian villages. The book highlights the need for interdisciplinary archaeology which acknowledges the role of the indigenous people in the formation of the Amazon, and opposes distorted perceptions of its past.

KEYWORDS

Archaeology, Amazon, Indigenous People.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

AVELAR PEREIRA, Marciel Mendes; COMERLATO, Fabiana. Neves, Eduardo Góes. Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXII, n. 43, p. 225-231, Jan-Jun. 2025.

Resenha

Eduardo Góes Neves é um renomado arqueólogo que se dedica ao estudo dos povos antigos na região amazônica brasileira. É graduado em História pela Universidade de São Paulo, mestre e doutor em Antropologia pela Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, livre-docente pela Universidade de São Paulo, onde é diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). De 1995 a 2010, conduziu escavações do Projeto Amazônia Central. Atualmente, coordena o Laboratório de Arqueologia dos Trópicos, do MAE. Neves vem se dedicando intensivamente a compreender a ocupação humana da Amazônia ao longo dos milênios, e o faz sob uma perspectiva que desafia a visão tradicional da floresta como um ambiente inóspito para civilizações complexas. O arqueólogo coordenou diversos projetos elementares – como o estudo de sítios arqueológicos existentes nas confluências dos rios Amazonas, Solimões e seus afluentes e a análise da terra preta –, contribuindo significativamente para o entendimento da relação entre os antigos habitantes da Amazônia e o ecossistema amazônico.

Eduardo Góes Neves tem cerca de 130 publicações, entre livros, artigos, capítulos de livro e textos de divulgação. O seu livro intitulado “Sob tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central” é resultado de uma tese de doutorado de livre-docência, defendida em 2013, na USP, e apresenta um conteúdo atualizado que transcende o público especializado em Arqueologia e abarca a todos que se interessem pela história dos povos indígenas das terras baixas e pela Amazônia. Assim, o conteúdo é considerável, pois favorece debates contemporâneos sobre a relação entre humanos e meio ambiente, destacando a pertinência da Arqueologia não eurocêntrica para a compreensão de aspectos ecológicos e culturais atuais.

O termo “equinócio” pode ser compreendido segundo uma tendência compensatória similar àquela descrita por Sérgio Buarque de Holanda em “Visão do Paraíso” (1959). Holanda argumenta que as regiões equatoriais que incluem a Amazônia eram concebidas como lugares inabitáveis, mas, de modo gradual, foi-se formando uma concepção exageradamente positiva sobre tais áreas, enfatizando suas características salutaras e paradisíacas. De maneira semelhante, o título de Neves sugere uma revisão do olhar histórico sobre a Amazônia central. A menção ao “equinócio” indica ponto de equilíbrio e mudança, simbolizando as transições culturais e ambientais ao longo de oito mil anos de história. Essa perspectiva de interação humana com o meio ambiente e suas transformações em paisagens é algo que contrasta com ideias passadas simplistas e extremas e que, por conseguinte, combate tanto as noções negativas quanto as idealizações exageradas acerca da região.

O livro é dividido em cinco capítulos. O capítulo 1, intitulado “O Fazer Arqueológico: Materiais, Métodos, Práticas e Conceitos”, aborda os fundamentos da Arqueologia. O capítulo 2, “O Começo: As Primeiras Evidências da Presença Indígena”, trata das primeiras ocupações humanas na região da Amazônia Central. O capítulo 3, “Paisagens em Construção: A Natureza Transformada”, explora a interação entre os seres humanos e o meio ambiente. O capítulo 4, “Montículos, Terras Pretas e Cemitérios”, discute a formação de paisagens culturais e práticas funerárias. O

capítulo 5, "Guerra e Paz na Virada do Milênio", examina os conflitos e a vida social no final do período analisado. Há ainda a conclusão, intitulada "Por uma História Antiga dos Povos Indígenas", que sintetiza as reflexões do estudo.

A obra possui 224 páginas, incluindo o índice, 3 mapas e 23 figuras. Publicado pela UBU Editora em 2022, o livro é uma contribuição da Universidade de São Paulo (USP) e nele o autor apresenta uma análise reflexiva e ampla sobre a ocupação humana na Amazônia Central ao longo de oito mil anos. Por meio de uma importante observação crítica sobre metodologias e teorias arqueológicas, Neves desafia as concepções simplistas e eurocêntricas da história da Amazônia, ressaltando a complexidade e a sofisticação dos povos originários.

O conceito de Arqueologia apresentado no livro extrapola a noção conceitual popular, compreendendo-a como um fenômeno do presente. O autor enfatiza que a Arqueologia não se restringe à recuperação de artefatos, mas engloba uma análise contextual, que proporciona reconstruções de dinâmicas sociais, culturais e ambientais das sociedades antigas. Nesse sentido, ele destaca a pertinência da interdisciplinaridade na Arqueologia, que integra conhecimentos de diversas áreas da ciência, como a Antropologia, a História, a Geografia e a Ecologia, favorecendo dados para uma análise sobre as adaptações humanas ao longo do tempo.

No capítulo 1, "O fazer arqueológico: materiais, métodos, práticas e conceitos", Eduardo Góes Neves explora as abordagens metodológicas e os materiais utilizados em suas investigações arqueológicas. Discute a relevância de utilizar métodos interdisciplinares para uma análise sistemática de dados arqueológicos, os desafios práticos identificados durante as pesquisas de campo (como a preservação da cultura material em contextos tropicais) e a importância de adaptar técnicas de escavação inerentes às condições da Amazônia.

Além disso, ao apresentar os métodos arqueológicos, Neves faz uma observação incisiva à rigidez de algumas abordagens tradicionais, como do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) nos anos 1960 do século XX. Apesar de sua pertinência para o desenvolvimento inicial da Arqueologia no Brasil, o programa propiciou uma abordagem excessivamente classificatória e tipológica, estabelecendo categorias e fases arqueológicas sem considerar uma renovação teórica adequada. Neves sugere uma Arqueologia que busca compreender as dinâmicas sociais, culturais e ambientais e não se restringir a simples catalogações de artefatos. Destaca também os conhecimentos dos povos indígenas, que, muitas vezes, são subestimados ou relegados nas pesquisas arqueológicas. Nessa concepção, a Arqueologia não apenas reconstrói o passado, mas também dialoga com o presente, contribuindo para a valorização e a preservação das culturas locais.

No capítulo 2, "O começo: as primeiras evidências da presença indígena", Eduardo Neves descreve que a presença humana na Amazônia teve início cerca de 12 mil anos atrás, ou seja, na transição entre o Pleistoceno e o Holoceno. Os dados arqueológicos apresentados sugerem que as primeiras populações humanas desenvolveram métodos de subsistência e manejo ambiental altamente adaptados às condições da floresta tropical. Um exemplo considerável é o sítio Dona Stella, localizado na Amazônia Central, que, até o momento, possui uma das datações mais anti-

gas na região. Os materiais líticos encontrados incluem pontas bifaciais a partir de matérias-primas exóticas que diferem de outros contextos arqueológicos. As escavações no referido sítio permitiram coletar uma ponta bifacial inteira, a primeira identificada *in situ* em um sítio amazônico. Aspecto peculiar é que a proveniência da matéria-prima deste instrumento provém da região de Presidente Figueiredo, 190 quilômetros ao norte de Manaus, o que demonstra uma alta mobilidade dos grupos que ocuparam o sítio.

A presença de indústria lítica de pontas bifaciais é rara na Amazônia e as análises sugerem que a ponta bifacial com a simetria nos retoques e a pouca espessura atesta a característica peculiar de que, eventualmente, a ponta teve a função de objeto de status. Esses dados identificados no sítio Dona Stella o tornam muito importante no contexto das ocupações humanas do início do Holoceno na Amazônia. Neves também argumenta que as comunidades não eram apenas sobreviventes passivos, mas agentes ativos, os quais modificavam o ambiente de forma a permitir uma ocupação duradoura e sustentável, que, por sua vez, se respalda pela “[...] diversificação, e não pela exploração exaustiva de poucos recursos” (p.60).

Eduardo Góes Neves também menciona o sítio Pedra Pintada, localizado no centro da bacia Amazônica, em Monte Alegre, com datas que chegam a 11.200 anos AP. O autor menciona as contribuições de Anna Roosevelt, ao obter resultados de escavações em Pedra Pintada no início dos anos 1990, e as mais de cinquenta datações radiocarbônicas que sugerem que a caverna já era habitada há mais de 11 mil anos. As escavações também demonstraram camadas de solos antrópicos, ou terras pretas da Amazônia. Esses dados indicam que a formação desse tipo de solo ocorreu no período de transição Pleistoceno-Holoceno e sugerem que o processo de ocupação não foi apenas sazonal.

A Amazônia Central foi um centro significativo para a inovação cultural e tecnológica. Nesse sentido, Neves aborda o modelo cardíaco, hipótese de Donald Lathrap (1968), que sugere que as primeiras ocupações humanas na Amazônia Central se distribuíam espacialmente de forma centralizada, às margens dos grandes rios amazônicos, com alta densidade populacional e intenso manejo ambiental no núcleo, havendo, conseqüentemente, a necessidade de se expandir para outras áreas de menor densidade. Ao apresentar essas observações, Neves demonstra como a Amazônia Central foi um contexto significativo para a inovação cultural e tecnológica, indicando que a história de ocupação humana na Amazônia é mais antiga do que o eurocentrismo sugere.

O capítulo 3, “Paisagens em construção: a natureza transformada”, discute sobre a formação de terras pretas como um marco significativo das modificações paisagísticas na Amazônia Central. O autor argumenta que esses solos escuros e antrópicos são evidências que indicam presença humana no estabelecimento de sociedades sedentárias. Os dados sugerem grandes aldeias semelhantes às encontradas no Xingu, caracterizadas por seu formato circular ou anelar, que compõem casas multifamiliares, as quais circundam uma praça central, o que demonstra um padrão de organização espacial e planejamento comunitário significativo entre os habitantes.

A formação de terra preta, que está associada aos contextos cerâmicos da fase Açutuba, data do século II EC (Era Comum). Esses vestígios indicam atividades humanas intensas, que

incluem a agricultura e a deposição de resíduos orgânicos, ocasionando solos altamente férteis e duradouros. A definição da fase Açutuba na Amazônia Central favoreceu o estabelecimento de um paralelo com as cerâmicas Pocó, definidas por Hilbert e Hilbert (1980); até então, não havia um paralelo com outros contextos cerâmicos amazônicos. Por compartilhar características semelhantes em formas e decorações, os sítios com cerâmicas Açutuba e Pocó evidenciam, em muitos contextos, os primeiros vestígios de ocupação humana após o hiato do Holoceno Médio. Ambas as ocupações também estão associadas à formação de terras pretas.

Devido a essas características, Neves menciona que as cerâmicas e os sítios Açutuba e Pocó foram agrupados em uma grande categoria denominada de tradição Pocó-Açutuba, haja vista que os vestígios estão distribuídos em um amplo espaço geográfico. No entanto, a partir do século VII EC, as ocupações associadas à tradição Pocó-Açutuba não apresentam evidências de sítios; por conseguinte, foram gradualmente substituídas pelas fases Manacapuru e Paredão, localizadas na região da confluência dos rios Negro e Solimões, próximo da cidade de Manaus. Esse processo de transição foi vagaroso e cumulativo, evidenciando uma continuidade histórica sem rupturas marcantes, o que também reflete mudanças nos padrões de ocupação e nas práticas culturais, evidenciando uma nova fase no estabelecimento das sociedades amazônicas.

O capítulo 4, “Montículos, terras pretas e cemitérios”, amplia a discussão sobre o apogeu demográfico da Amazônia Central com ênfase nas cerâmicas das fases Manacapuru e Paredão associadas a essas ocupações, o que representa uma continuidade cultural com fases anteriores, especialmente Açutuba. A partir do século VI EC, evidências arqueológicas da fase Manacapuru associadas a formações de terras pretas tornam-se mais evidentes na Amazônia Central até o início da invasão europeia.

De acordo com Neves, as ocupações Manacapuru e Paredão são descritas como “sociedades frias”, um conceito de Lévi-Strauss que o autor utiliza para compreender a estabilidade e a vagarosidade das mudanças sociais nessas comunidades. As cerâmicas das fases Manacapuru e Paredão foram classificadas dentro da tradição Borda Incisa. Esse apogeu demográfico é característico de aldeias complexas e multiétnicas, semelhante ao que se observa na região do Xingu, também discutida neste capítulo.

Outras evidências que atestam esse apogeu são as estruturas de moradias, caracterizadas por grandes aldeias circulares ou em formas de ferradura e com a presença de covas que serviam como lixeiras, nas quais foram identificados vestígios faunísticos, botânicos e artefatos descartados. De acordo com Neves, é possível identificar comunidades florísticas associadas a essas ocupações, o que denota um manejo sustentável da paisagem.

Outras estruturas são os montículos artificiais, os quais apresentam depósitos de terra preta que chegam até a 270 centímetros de profundidade. Nessas estruturas, foi identificada a presença de urnas funerárias e ossos humanos, adicionados como material construtivo. Neves comenta que “[...] essas estruturas e feições mostram, nessa época, uma formação regular e disciplinada das aldeias, constituindo uma espécie de gramática do uso do espaço, sem dúvida repleta de significados simbólicos” (p. 128).

No capítulo 5, “Guerra e paz na virada do milênio”, Eduardo Góes Neves aborda a fase Guarita da Tradição Policroma da Amazônia, marcada pela presença de cerâmicas pintadas, com decorações retilíneas ou curvilíneas e, em alguns casos, com motivos geométricos, antropomorfos ou zoomorfos. Apesar de fatores erosivos terem impactado nas pinturas das cerâmicas, é possível perceber um padrão decorativo sofisticado, que as difere das cerâmicas das tradições anteriores.

As cerâmicas policromas estão presentes em uma ampla distribuição geográfica, que se estende desde a ilha Tupinambarana até o rio Amazonas, nos contrafortes dos Andes Peruanos, indicando também uma adaptação estratégica ao ambiente fluvial. A cronologia, com exceção da região do lago de Tefé, no médio rio Solimões, situa as cerâmicas no século V EC. Em termos regionais, apresenta datas mais recuadas do fim do primeiro milênio da era comum na região de Itacoatiara (AM). Posteriormente, em direção aos rios Amazonas e Solimões, as datas ficam mais recentes, até chegarem ao século XIII EC, no Peru e no Equador.

Neves também enfatiza as mudanças nas formas de vida na Amazônia Central com a chegada dos grupos Guarita. Esses grupos, ao contrário dos seus predecessores, eram mais sedentários e as camadas policromas eram continuamente superficiais. As estruturas artificiais de montículos, comuns nas ocupações Manacapuru/Paredão, estavam ausentes nas ocupações Guarita. Além disso, a formação de terras pretas, uma evidência de manejo intensivo do solo, era menos frequente nas ocupações Guarita. Neves ressalta que essas diferenças demonstram uma mudança significativa nas práticas de ocupação e uso do solo, apresentando um período de maior mobilidade e transformação cultural na região.

De acordo com o autor, a mobilidade e a expansão dos grupos culturais favoreceram a construção de estruturas defensivas, como valas e estacas alinhadas ao redor dos assentamentos, identificadas em escavações, eventualmente refletindo um período marcado por tensões e conflitos. Essas defesas, além de refletirem respostas a ameaças externas, também representam a organização e a mobilização coletiva das comunidades humanas. Além disso, o autor destaca que a presença dessas fortificações sugere uma mudança nas dinâmicas sociais e territoriais, em que a guerra e a defesa passaram a se tornar elementos centrais na vida cotidiana. A análise de Neves é incisiva ao relacionar essas estruturas com a expansão territorial dos grupos policromos, hipoteticamente motivada pela disputa por recursos e espaços férteis nas várzeas dos rios. No entanto, o autor também aponta lacunas de evidências diretas referentes a batalhas ou conflitos específicos, enfatizando que isso estava relacionado ao “[...] processo de expansão dos grupos que produziam cerâmicas policromas pelo baixo rio Madeira e rio acima pelas calhas do Amazonas e do Solimões” (p. 163).

Por fim, no tópico “Por uma história antiga dos povos indígenas”, Eduardo Góes Neves traz uma reflexão pertinente sobre a trajetória da ocupação humana na Amazônia, desafiando muitas convenções e paradigmas tradicionais no que diz respeito ao “princípio da incompletude”, expressão que faz referência à concepção de Euclides da Cunha. Neves propõe que a incompletude é reflexo de uma história ainda em construção, em que novas pesquisas e abordagens podem transformar radicalmente nossa compreensão do passado amazônico.

Segundo o autor, esse princípio da incompletude esteve presente no discurso do século XIX, especialmente nas obras de Humboldt e Von Martius, que acreditavam que a diversidade linguística na Amazônia seria consequência de uma degeneração cultural. Em 1948, Julian Steward, ao organizar o *Handbook of South American Indians*, corroborou essa visão, dividindo a América do Sul em áreas culturais correspondentes a estágios evolutivos, com os Andes centrais como centros de inovação e a Amazônia como receptora dessas inovações.

Considerando essas problemáticas, Eduardo Góes Neves ressalta que, nas últimas décadas, houve uma revisão desse quadro. Os vestígios de cerâmicas e as evidências de terras pretas sugerem que a Amazônia foi um centro independente de inovação cultural. Ainda conforme o autor, formações de terras pretas são evidências de que houve uma densidade demográfica que modificou significativamente o ambiente natural.

Pesquisas arqueológicas recentes também indicam a presença de sociedades hierarquizadas na Amazônia; mostram, por exemplo, modificações na paisagem para construções monumentais no alto Xingu, Marajó, Santarém, Amazônia Central e Bolívia. Esses dados desafiam a etnologia das terras baixas a incorporar evidências arqueológicas nas hipóteses sobre as políticas ameríndias. As pesquisas de Eduardo Góes Neves são significativas para a comunidade científica e o público geral, haja vista que as evidências arqueológicas demonstram que as estruturas de moradia e estradas seriam compatíveis com estruturas urbanas atuais. Esses dados favorecem uma concepção que reconhece e valoriza as culturas dos povos originários em oposição ao princípio de incompletude.

Uma obra fundamental para a Arqueologia brasileira, o livro de Eduardo Góes Neves reúne um vasto conjunto de dados científicos provenientes de inúmeras pesquisas, oferecendo um panorama completo sobre a ocupação humana na Amazônia. Apesar da escassez de informações em relação à vasta extensão geográfica da floresta amazônica, suas investigações contínuas têm ampliado o conhecimento sobre a região. Recentemente, Neves tem incorporado novas tecnologias, como o Lidar, no âmbito do projeto "Amazônia Revelada". Esse projeto, realizado em parceria com diversas instituições, visa mapear vestígios arqueológicos ocultos sob a densa vegetação amazônica, reforçando a ideia de que a região foi historicamente habitada por povos indígenas. Há mais de 30 anos, Neves tem liderado iniciativas que integram ciência, preservação ambiental e o envolvimento das comunidades locais, com o objetivo de proteger o patrimônio biocultural da floresta¹.

O conteúdo apresentado no livro abre novas possibilidades para futuras pesquisas arqueológicas. Esses dados preenchem lacunas que têm sido exploradas por pseudocientistas, que frequentemente propagam teorias sobre cidades perdidas na Amazônia, extrapolando de forma infundada o tempo de ocupação humana na região. É necessário proteger e valorizar o patrimônio cultural, reconhecendo os povos indígenas como os verdadeiros protagonistas desses contextos

¹ As informações sobre o projeto "Amazônia Revelada" foram citadas na National Geographic Brasil. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/04/eduardo-goes-neves-e-a-busca-por-ruinas-escondidas-na-amazonia-revelada>

arqueológicos. O livro "*Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central*" marca um avanço significativo para a Arqueologia brasileira, fornecendo referências fundamentais que não apenas ampliam as bases para novas pesquisas, mas também alcançam um público mais amplo, promovendo uma compreensão mais precisa da história da Amazônia.

Referências bibliográficas

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu Editora / Editora da Universidade de São Paulo, 2022, 224 P.

Recebido em: 22/03/2025

Aprovado em: 20/04/2025

Publicado em: 23/06/2025